



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

O Avanço/expansão da Fronteira na Amazônia Legal e a Formação das Regiões de Expansão entre os anos de 1990 – 2022

Gean Magalhães da Costa¹
gean.72@gmail.com

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante²
mada.geoplan@gmail.com

(x) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 4: *Cidadania, Políticas Públicas territoriais e suas escalas de gestão*

RESUMO

As políticas públicas territoriais na Amazônia Legal, agrupadas em macropolíticas de infraestrutura e agropecuarização, têm impulsionado o avanço e o deslocamento da fronteira entre 1960 e 2022, com uma intensificação notável a partir de 1990. Esse período recente caracteriza-se pela articulação do uso do território voltado ao agronegócio e à implementação de grandes obras logísticas, extração mineral e geração de energia elétrica por meio de hidrelétricas. O objetivo deste trabalho é analisar as repercussões dessa fronteira articulada sobre o uso do território, bem como suas consequências específicas para as regiões de expansão, evidenciando como esse processo se materializa no espaço. A metodologia fundamenta-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental e na sistematização de dados espaciais provenientes de fontes oficiais. Os resultados demonstram a crescente dilatação da fronteira, com a conversão de áreas florestais para o uso agropecuário e um volume expressivo de infraestruturas instaladas. Consequentemente, as políticas territoriais e os usos do solo na Amazônia têm sido determinantes para o avanço da fronteira e para a concentração dessa dinâmica sobre as regiões Amacro, Matopiba e o Sudoeste do Pará.

Palavras-chave: Fronteira; Regiões de Expansão; Amazônia Legal.

INTRODUÇÃO

O território Amazônico tem apresentado intensos processos de uso, ocupação, desmatamento e alterações no uso e cobertura do solo ao longo das últimas seis décadas (1960 a 2022). Detentor de um vasto conjunto de bens naturais, sociais e culturais, esse território constitui uma das maiores expressões da sociodiversidade do planeta. Nas últimas décadas, entretanto, essas dinâmicas se intensificaram, impulsionadas pela implantação de grandes obras de infraestrutura e pela expansão das agropecuária e atividades de mineração, que converteram extensas áreas antes cobertas por florestas, materializando-se dessa forma o avanço da fronteira sobre a Amazônia Legal e sua expansão gradual. Esse avanço da fronteira movido por essas

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

² Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutora em Geografia. Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

transformações sob o uso do território revelam uma permanente tensão, marcado por contrastes e contradições de usos.

Nesse contexto, destaca-se que o avanço da fronteira entre 1990 e 2022 incorporou uma nova materialidade técnica, que articula a agropecuária a sistemas logísticos e macropolíticas de larga escala. Essa dinâmica confere à fronteira um caráter de expansão e de integração intensiva dos recursos naturais. No entanto, como a velocidade e a intensidade desse avanço não são uniformes em toda a sua extensão, constata-se regiões de expansão acentuada, onde se concentram os maiores índices de desmatamento e de uso agropecuário.

Três regiões na Amazônia condensam esse processo: a primeira corresponde à Amacro (norte de Rondônia, leste do Acre e sul do Amazonas); a segunda localiza-se no Sudoeste do Pará; e, por fim, a Matopiba, que abrange partes do Tocantins e Maranhão, exercendo forte influência sobre o estado do Pará. Tal configuração acelera a conversão de florestas em áreas produtivas, avançando, frequentemente, sobre territórios protegidos. Diante desse cenário, o objetivo desse trabalho é analisar as repercussões fronteira articulada sobre o uso do território e quais suas consequências específicas para as regiões de expansão.

A compreensão teórica da dinâmica ocupacional amazônica fundamenta-se nos conceitos de fronteira e políticas públicas territoriais. Segundo Becker (2015), a fronteira é o movimento de avanço e deslocamento das relações capitalistas de produção sobre o território brasileiro, integrando gradualmente o interior do país à lógica de mercado e transformando bens naturais em recursos econômicos (Huertas, 2009; Moraes, 2005).

Complementarmente, o conceito de políticas públicas territoriais é interpretado a partir de Costa (1989), que as define pelas suas repercussões diretas no espaço geográfico. Sob essa ótica, não se pode dissociar a política técnica das estratégias privadas e econômicas; ela reflete os interesses de atores, corporações e do Estado, que privilegiam determinados usos do território.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos deste estudo visam compreender como fronteira articulada se incide sobre o uso do território e quais suas consequências específicas para as regiões de expansão entre 1990 e 2022. A pesquisa está estruturada em três fases operacionais: Na primeira, realizou-se o levantamento teórico sobre os conceitos de fronteira e políticas públicas territoriais, além de uma análise histórica e espacial das dinâmicas ocupacionais na região. A pesquisa documental concentrou-se no exame de planos e programas governamentais que se incidiram sobre a Amazônia.

A aquisição de dados sobre o uso e a cobertura do solo foi realizada por meio da Coleção 8.0 do MapBiomas, abrangendo o período de 1990 a 2022. Para o mapeamento da infraestrutura regional, utilizaram-se dados de usinas hidrelétricas da RAISG e ANEEL. As informações sobre a malha viária e hidrovias foram obtidas junto

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

ao, enquanto os dados de mineração provieram da ANM. Adicionalmente, acessou-se o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação do MMA e ISA para verificar a incidência do avanço da fronteira sobre as áreas protegidas.

A fase final compreende a integração dos dados à discussão teórica. Desse modo foi elaborado o mapa temático demonstrativo da expansão da fronteira e suas repercussões territoriais sobre as regiões de expansão. A produção cartográfica foi executada em ambiente de Sistema de Informação Geográfica (SIG), utilizando o software QGIS.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Sob a região Amazônica constatou-se ao longo dos anos de 1960 a 2022 um conjunto variado de políticas públicas territoriais voltadas a ocupação territorial e utilização dos recursos naturais provenientes a essa região. Particularmente, demonstram-se que as políticas públicas territoriais que se incidiram entre os anos de 1990 a 2022 revelam um caráter ampliado na utilização dos recursos naturais, através do desmatamento constatado sobre esse período, conversão de áreas de florestas em uso agropecuário ou mesmo a forte instalação de obras de infraestrutura.

Denomina-se de macropolítica conjunto de políticas públicas voltadas à articulação de infraestruturas ocorrido entre os anos de 1990 a 2022. Tais estratégias visam à integração e o crescimento econômico por meio da conexão do território às demandas globais de exportação de commodities, promovendo consequentemente, a globalização dos recursos naturais (Porto-Gonçalves, 2017).

Historicamente, essa agenda consolidou-se com os programas Brasil em Ação (1996-1999) e Avança Brasil (2000-2003), que priorizaram investimentos logísticos organizados nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs) (Monteiro; Coelho, 2004). A partir de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) retomou e ampliou essas diretrizes, intensificando a construção de grandes obras de energia, transporte e mineração. Esse modelo de integração física e econômica foi posteriormente ratificado em escala continental pela iniciativa IIRSA e pelo conselho COSIPLAN (Cavalcante, 2012).

O impacto direto dessa estrutura logística é evidenciado pelos dados do MapBiomas (2022), que indicam uma redução de 14,5% na cobertura florestal entre 1985 e 2022. Nesse período, a área de floresta recuou de 581,5 milhões para 497,2 milhões de hectares, enquanto as áreas agropecuárias saltaram de 188 milhões para 279 milhões de hectares, um aumento de aproximadamente 90 milhões de hectares. Essa conversão está intrinsecamente ligada à abertura e pavimentação de rodovias estruturantes, como as BR-364, 163, 158, 153 e 230, que funcionam como vetores do avanço agropecuário e urbano.

Somando-se à malha viária, a exploração energética e mineral completa o quadro de transformação regional. Até 2022, a Amazônia Legal contava com 32 Usinas Hidrelétricas (UHEs) em operação e outras 97 em planejamento, com forte concentração nos estados de Mato Grosso, Pará, Tocantins e Rondônia. Paralelamente, o setor mineral

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

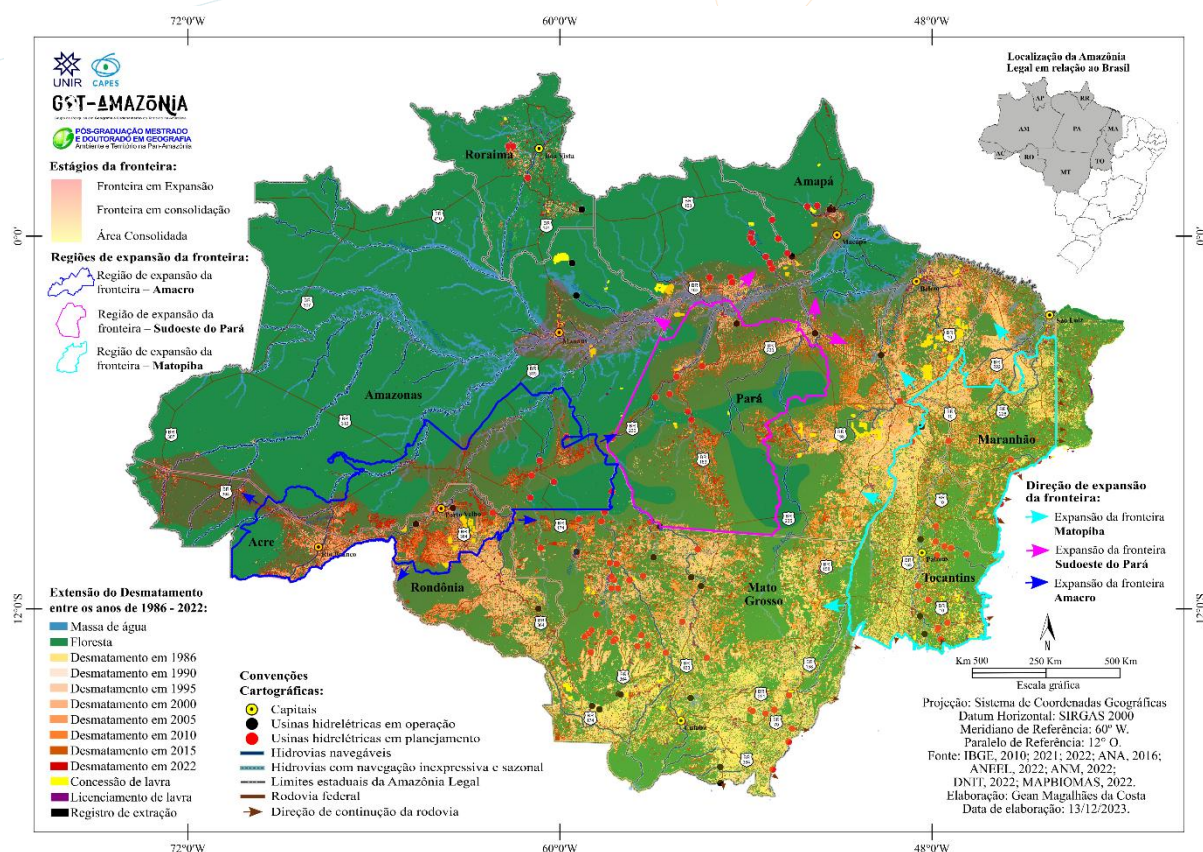
CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

experimentou um "boom extrativista" entre 2003 e 2020, impulsionado pela exploração de ferro, alumínio e cobre, entre outros minérios. Esse processo, iniciado na década de 1960, expandiu-se drasticamente sob a lógica do neoextrativismo industrial e do garimpo (Wanderley et al., 2023).

Assim, a fronteira amazônica revela-se como um espaço dinâmico e reativo, constantemente impulsionado pela lógica de acumulação capitalista (Castro, 2017). Sua expansão não é aleatória, mas fruto de políticas territoriais que convertem florestas, territórios tradicionais e áreas protegidas em ativos econômicos, subordinando o uso do solo às cadeias produtivas nacionais e globais. Nesse sentido, a maior parte da expansão e da dilatação da fronteira tem se concentrado nas três regiões de expansão mencionadas e conforme constatado nos estudos de Magalhães-Costa (2025), e expresso na Figura 02.

Figura 1 – Estágios do Avanço da Fronteira e a Formação das Regiões de Expansão na Amazônia Legal



Fonte: Magalhães-Costa, 2025.

A região de expansão da fronteira denominada Amacro compreende um território resultante do adensamento de novas ocupações e da expansão das

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

@vcongeo2026

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

atividades agropecuárias sobre o norte de Rondônia, o nordeste e leste do Acre e o sul do Amazonas. Segundo dados do relatório anual de desmatamento do MapBiomas em (2023), o maior volume de alertas de desmatamento no Brasil concentra-se na Amazônia Legal. Nesse contexto, a Amacro destaca-se pela elevada supressão vegetal, atingindo inclusive Unidades de Conservação e Terras Indígenas com índices superiores aos de outras áreas da região.

A segunda região de expansão é a do Sudoeste do Pará, que apresenta uma dinâmica ocupacional semelhante à da Amacro. Embora ainda careça de normativas formais que a designem oficialmente como zona de expansão agropecuária e de infraestrutura, o território é foco recorrente de alertas de desmatamento. Esse processo é impulsionado pela conversão de florestas para atividades produtivas e grandes obras, replicando a lógica de avanço observada na fronteira anterior.

Por fim, a terceira região é a Matopiba, que, neste estudo, difere de sua delimitação original por considerar apenas os limites contidos na Amazônia Legal. Essa área de expansão congrega o estado do Tocantins, a porção do Maranhão inserida na Amazônia Legal e o sudeste e leste do Pará. Tal recorte evidencia a continuidade do avanço dessa fronteira agrícola sobre o bioma amazônico, consolidando um eixo de pressão sobre os recursos naturais.

Entre as três regiões de expansão fronteira, situada sobre a fronteira em expansão e fronteira em consolidação conforme expresso na figura 37 é mais antiga em termos de expansão da agropecuária, mineração e obras de infraestrutura, fruto é claro das políticas de colonização e abertura da estrada. Nessa região também predomina os maiores alertas e desmatamento quando se analisa a Amazônia legal de modo geral, segundo dados do relatório anual de desmatamento do MapBiomas em 2023 (Mapbiomas, 2023).

Conclui-se que o avanço dessa fronteira constitui um processo político-econômico de reestruturação espacial, legitimado por políticas públicas que favorecem a mercantilização do território. Tal dinâmica ajusta-se continuamente às demandas de um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro e a exploração de recursos, negligenciando a conservação socioambiental e a soberania territorial da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das repercussões da fronteira articulada sobre o uso do território, bem como suas consequências específicas, demonstra resultados expressivos nas áreas de expansão da Amazônia. Nessas regiões, observa-se um elevado volume de desmatamento, a instalação de grandes obras de infraestrutura e a intensa conversão de áreas florestais para o uso agropecuário, além do avanço da atividade mineradora.

Particularmente, as regiões Amacro, Matopiba e o Sudoeste do Pará abrigam os maiores adensamentos da expansão da fronteira. Elas constituem áreas-chave para a compreensão da dinâmica ocupacional recente e demandam atenção quanto às políticas de ordenamento territorial ambiental e de infraestrutura. Tais regiões

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

exigem um planejamento ambiental rigoroso, uma vez que concentram um número considerável de áreas protegidas, muitas vezes pressionadas pelas diretrizes de expansão prevista na macropolíticas vigente.

Conclui-se que o avanço dessa fronteira constitui um processo político-econômico de reestruturação espacial, legitimado por políticas públicas que favorecem a mercantilização do território. Tal dinâmica ajusta-se continuamente às demandas de um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro e a exploração de recursos, negligenciando a conservação socioambiental e a soberania territorial da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia a nova fronteira de recursos. In: VIEIRA, I. C. G. (Org.). **As Amazônias de Bertha K. Becker**: Ensaios sobre geografia e sociedade na região Amazônica. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- CASTRO, E. R. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, E.R. (Orgs.). **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA. 2017. p. 19 - 40.
- CAVALCANTE, M. M. de A. **Hidrelétricas do Rio Madeira-RO: Território, Tecnificação e Meio Ambiente**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, UFPR. Curitiba – PR.
- COSTA-MAGALHÃES, G. **MACROPOLÍTICAS TERRITORIAIS E O AVANÇO DA FRONTEIRA NA AMAZÔNIA LEGAL: Repercussões sobre o Arco do Desmatamento**. . 2025. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, UNIR. Porto Velho – RO.
- COSTA, W. M. **Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1989.
- HUERTAS, D. M. **Da fachada Atlântica à imensidão Amazônica fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: ANNABLUME, 2009.
- MAPBIOMAS, Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil. **Relatório Anual de Desmatamento no Brasil de 2022**. 2023. Disponível em: <https://alerta.mapbiomas.org/relatorio/>. Acesso em: 05 Out. 2023.
- MAPBIOMAS, Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil. **Plataforma de uso e cobertura do solo no Brasil**. Coleção 09, 2022. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/>. Acesso em: 05 out de 2025.
- MORAIS, A. C. R. Território e história no Brasil. São Paulo: ANNABLUME. 2005.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- WANDERLEY, L. J. et al. **Atlas do Problema Ambiental Brasileiro**. Observatório dos Conflitos de Mineração no Brasil, 2023.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongéo-638599/